



**DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**Ano XIV – nº 157 – Porto Alegre, quinta-feira, 04 de julho de 2019**

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**ASSESSORIA DE APOIO AO SISTEMA DE CONCILIAÇÃO**

**ATO CONJUNTO DE 27 DE JUNHO DE 2019.**

A CORREGEDORA REGIONAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de sua competência prevista no artigo 16, I e §4º, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o COORDENADOR DO SISTEMA DE CONCILIAÇÃO – SISTCON, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 24, incisos VIII e IX, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010,

CONSIDERANDO o disposto pela Resolução TRF4 nº 15, de 14 de março de 2011,

CONSIDERANDO a necessidade de uma atuação mais integrada entre a Corregedoria Regional e o SISTCON,

CONSIDERANDO que parte significativa das demandas administrativas e jurisdicionais do SISTCON e dos CEJUSCONS impactam na atuação da Corregedoria Regional, e reciprocamente, seja no que diz respeito à atuação dos magistrados de primeiro grau no SISTCON e nos CEJUSCONS, seja em relação às atividades jurisdicionais desenvolvidas nos referidos Órgãos, essas com impacto direto em metas estabelecidas pelo CNJ,

CONSIDERANDO a necessidade constante de realização de projetos conjuntos, especialmente para o atendimento estruturado e organizado de demandas ordinárias e especiais ou extraordinárias, que exigem uma atuação conjunta, inovadora e diversificada,

CONSIDERANDO a ampliação das atribuições da Corregedoria Regional e do SISTCON, a exigir mais apoio recíproco entre esses órgãos, a fim de que se possa, de uma forma célere e eficiente, melhor atender a todas essas demandas,

CONSIDERANDO o volume dos serviços de conciliação e mediação, a diversidade de projetos em andamento, a necessidade de interlocução permanente com as entidades que possuem processo submetidos à conciliação, juntamente ao SISTCON e aos Cejuscons das Seções Judiciárias do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina,

CONSIDERANDO o fato do Cejuscon da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul desenvolver atividade de suporte aos 16 (dezesesseis) Cejuscons das subseções do interior do estado do Rio Grande do Sul,

RESOLVEM:

I - Designar os juízes federais Eduardo Tonetto Picarelli e Maria Lucia Germano Tilton, juízes auxiliares da Corregedoria Regional, para, durante período da convocação, a partir de 28 de junho de 2019, integrarem e

atuarem em apoio administrativo no âmbito do SISTCON, nas questões que impactem simultaneamente os Órgãos envolvidos, bem como para atuar na condução de audiências de conciliação e mediação, homologação de acordos em processos em tramitação em grau recursal ou originariamente no âmbito do TRF4 e prolação de despachos, decisões e expedição de requisições de pagamento nos processos do acervo do SISTCON.

II - Designar os juízes federais Eduardo Tonetto Picarelli e Maria Lucia Germano Titton, juízes auxiliares da Corregedoria Regional, para, durante o período da convocação, a partir de 28 de junho de 2019, integrarem os CEJUSCONs da Seções Judiciárias do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nas funções de Coordenadores Adjuntos.

III – Designar o juiz federal Eduardo Tonetto Picarelli para atuação nos processos do “Projeto Justiça Inclusiva” em tramitação da 26ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Porto Alegre, para atuar na condução de audiências de conciliação e mediação, homologação de acordos e a prolação de despachos, decisões e sentenças nos processos que integram o Projeto.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio Maurique, Desembargador Federal Coordenador do Sistema de Conciliação do TRF4**, em 28/06/2019, às 14:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luciane Amaral Corrêa Münch, DESEMBARGADORA FEDERAL - TRF**, em 02/07/2019, às 21:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **4726539** e o código CRC **2FD84B85**.